

HISTÓRIA DA 1 VIDA PRIVADA

Do Império Romano ao ano mil

Organização

Paul Veyne

Tradução

Hildegard Feist

Consultoria editorial

Jônatas Batista Neto

1ª reimpressão



COMPANHIA DE BOLSO

Copyright © 1985 by Éditions du Seuil

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Histoire de la vie privée — Vol. 1: De l'Empire romain à l'an mil

Na versão de bolso, foram suprimidas imagens que constam na primeira edição da série, que vem sendo publicada pela Companhia das Letras desde 1989.

Capa

Jeff Fisher

Preparação

Isabel Jorge Cury

Revisão

Diana Passy

Vivian Miwa Matsushita

Índice remissivo

Verba Editorial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

História da vida privada, 1 : do Império Romano ao ano mil /
organização Paul Veyne ; tradução Hildegard Feist ; consultoria
editorial Jônatas Batista Neto. — São Paulo : Companhia das
Letras, 2009.

Título original: Histoire de la vie privée : vol. 1 :
de l'Empire romain à l'an mil.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-1378-1

1. Europa — Civilização 2. Europa — História 3. Europa —
Usos e costumes I. Veyne, Paul. II Batista Neto, Jônatas.

08-11750

CDD-940.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Europa : Vida privada : Civilização : História 940.1

2009

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

SUMÁRIO

Prefácio — *Georges Duby* 7

Introdução — *Paul Veyne* 11

1. O IMPÉRIO ROMANO — *Paul Veyne* 17

2. ANTIGUIDADE TARDIA — *Peter Brown* 213

3. VIDA PRIVADA E ARQUITETURA DOMÉSTICA NA
ÁFRICA ROMANA — *Yvon Thébert* 285

4. ALTA IDADE MÉDIA OCIDENTAL — *Michel Rouche* 403

5. BIZÂNCIO: SÉCULOS X-XI — *Évelyne Patlagean* 533

Bibliografia, 608

Índice remissivo, 631

1
O IMPÉRIO ROMANO

Paul Veyne

Com eles o gelo logo se rompe: para conhecê-los basta fitá-los nos olhos; eles mesmos nos olham assim. Em todas as suas épocas a arte do retrato não comporta semelhante troca de olhares.

Esse homem e essa mulher não são objetos, pois nos veem; porém nada fazem para nos provocar, seduzir, convencer ou entremostrarem alguma interioridade que não mais ousaríamos julgar. Percebem menos nossa presença do que se oferecem tranquilamente aos olhos do mundo: nossa presença é natural, e eles mesmos se acham naturais; são o que nós somos, e os olhares se trocam com igualdade por um valor comum.

Durante muito tempo essa humanidade greco-romana foi clássica: natural, atemporal, ampla. O pai de família e sua esposa não fazem pose nem mímica; a roupa de ambos não ostenta sinais sociais nem símbolos políticos — a roupa não faz a pessoa; o cenário é vazio: diante desse fundo neutro, o indivíduo é ele mesmo e seria o mesmo em qualquer lugar. Verdade, universalidade, humanidade. A mulher concentrou a elegância no penteado e não usa joias.

Hoje em dia acreditamos na arbitrariedade dos costumes, no tempo da história e na finitude. Para nos despertar do sonho humanista em que eles estão mergulhados basta um primeiro argumento, ainda exterior: esse homem e essa mulher eram ricos o bastante para mandar pintar seu retrato. Também são indivíduos apenas na aparência; seu retrato, que poderíamos tomar por uma foto instantânea, como que por acaso lhes fixou a identidade na faixa dos quarenta anos, em que se acabou de crescer e ainda não se começou a envelhecer. Não são seres de carne e osso, captados num momento

qualquer de sua vida, mas os tipos individualizados de uma sociedade que quer ser ao mesmo tempo natural e ideal. O instante coincide com uma verdade sem idade, e o indivíduo é uma essência.

O marido e a mulher detêm os atributos menos contestáveis e mais pessoais de sua superioridade social; não a bolsa ou a espada, atributos da riqueza e do poder, mas um livro, tabuinhas de escrever e um estilete. Esse ideal de cultura é natural: o livro e o estilete visivelmente são para eles instrumentos familiares, que o casal não ostenta. Coisa bastante rara na arte antiga, que não aprecia os gestos familiares, o homem expectante apoia o queixo no livro (em forma de rolo), e a mulher pensativa leva o estilete aos lábios: procura um verso, pois a poesia também é uma arte das damas. Um Michelangelo há de gostar dos gestos “autísticos” (seu Moisés distraidamente acaricia a própria barba): revelam nele a sombra de uma dúvida ou de um sonho. Mas aqui ninguém sonha: eles meditam e estão seguros de si, pois o gesto autístico prova a intimidade da cultura; não são privilegiados, têm livros porque os apreciam. A sutileza e a naturalidade dessas belas mentiras constituem a grandeza do mundo greco-romano que vamos visitar. Burgueses ou senhores? Elegantes. Se a amizade e o luto têm seus direitos, então tenho a permissão de dedicar as páginas seguintes à memória de Michel Foucault, um homem tão forte que com ele se sentia o prazer que se experimenta junto a uma montanha. Perda de uma fonte de energia.

*It is a strange courage
You give me, ancient star.
Shine alone in the sunrise
Toward which you lend no part.*

DO VENTRE MATERNO AO TESTAMENTO

SER ACEITO OU ABANDONADO

O nascimento de um romano não é apenas um fato biológico. Os recém-nascidos só vêm ao mundo, ou melhor, só são recebidos na sociedade em virtude de uma decisão do chefe de família; a contracepção, o aborto, o enjeitamento das crianças de nascimento livre e o infanticídio do filho de uma escrava são, portanto, práticas usuais e perfeitamente legais. Só serão malvistas e, depois, ilegais, ao se difundir a nova moral que, para resumir, chamamos de estoica. Em Roma um cidadão não “tem” um filho: ele o “toma”, “levanta” (*tollere*); o pai exerce a prerrogativa, tão logo nasce a criança, de levantá-la do chão, onde a parteira a depositou, para tomá-la nos braços e assim manifestar que a reconhece e se recusa a enjeitá-la. A mulher acaba de dar à luz (sentada, numa poltrona especial, longe de qualquer olhar masculino) ou morreu durante o trabalho de parto, e o bebê foi extraído de seu útero incisado: isso não basta para decidir a vinda de um rebento ao mundo.

A criança que o pai não levantar será exposta diante da casa ou num monturo público; quem quiser que a recolha. Igualmente será enjeitada se o pai, estando ausente, o tiver ordenado à mulher grávida; os gregos e os romanos sabiam que uma particularidade dos egípcios, dos germanos e dos judeus consistia em criar todas as suas crianças e não enjeitar nenhuma. Na Grécia era mais frequente enjeitar meninas que meninos; no ano I a. C., um heleno escreveu à esposa: “Se (bato na madeira!) tiveres um filho, deixa-o viver; se tiveres uma filha, enjeita-a”. Mas não é certo que os romanos tivessem a mesma parcialidade. Enjeitavam ou afogavam as crianças malformadas (nisso não havia raiva, e sim razão, diz Sêneca: “É preciso separar o que é bom

do que não pode servir para nada”), ou ainda os filhos de sua filha que “cometeu uma falta”. Entretanto, o abandono de filhos legítimos tinha como causa principal a miséria de uns e a política patrimonial de outros. Os pobres abandonavam as crianças que não podiam alimentar; outros “pobres” (no sentido antigo do termo, que hoje traduziríamos por “remediados”) enjeitavam os filhos “para não vê-los corrompidos por uma educação medíocre que os torne inaptos à dignidade e à qualidade”, escreve Plutarco; a classe média, os simples notáveis, preferia, por ambição familiar, concentrar esforços e recursos num pequeno número de rebentos. Contudo, mesmo os mais ricos podiam rejeitar um filho indesejado cujo nascimento pudesse perturbar disposições testamentárias já estabelecidas. Dizia uma regra de direito: “O nascimento de um filho (ou filha) rompe o testamento” já selado anteriormente, a menos que o pai se conforme com deserdar de antemão o rebento que poderia vir a ter; talvez se preferisse nunca mais ouvir falar nele a deserdá-lo.

O que acontecia com as crianças enjeitadas? Raramente sobrevivem, escreve o Pseudo-Quintiliano, que estabelece uma distinção: os ricos desejam que a criança nunca mais apareça, enquanto os miseráveis, pressionados pela pobreza, fazem de tudo para que o bebê seja recolhido. Por vezes o enjeitamento não passava de uma encenação: às escondidas do marido, a mulher confiava o filho a vizinhos ou subordinados que o criavam secretamente; depois ele se tornava escravo e eventualmente liberto de seus educadores. Em casos raríssimos a criança chegava um dia a ter reconhecido seu nascimento livre; essa foi a história da esposa do imperador Vespasiano.

Decisão legítima e refletida, o enjeitamento podia tomar a aparência de uma manifestação de princípio. Um marido que suspeita da fidelidade da esposa enjeita a criança que considera adúlterina; assim foi abandonada na porta do palácio imperial a filha de uma princesa, “inteiramente nua”. Bem como manifestação político-religiosa: à morte de Germânico, um príncipe muito amado, a plebe, manifestando-se contra o governo dos deuses, dilapidou seus templos e alguns pais ostensivamente

enjeitaram os filhos em sinal de protesto; após o assassinato de Agripina por seu filho Nero, um desconhecido “abandonou em pleno foro um bebê com um cartaz em que se lia: ‘Não te crio com medo de que mates tua mãe’”. Sendo uma decisão privada, por que o enjeitamento não seria público, conforme as circunstâncias? Certo dia correu pela plebe um boato: informado pelos adivinhos de que um rei nasceria naquele ano, o Senado queria obrigar o povo a abandonar todas as crianças nascidas no mesmo ano. Como não pensar no massacre dos inocentes (que, diga-se de passagem, provavelmente é um fato autêntico e não uma lenda)?

Em Roma a “voz do sangue” falava muito pouco; o que falava mais alto era a voz do nome de família. Ora, os bastardos tomavam o nome da mãe, e não havia legitimação ou reconhecimento de paternidade; esquecidos pelo pai, os bastardos praticamente não desempenharam nenhum papel social ou político na aristocracia romana. Havia escravos libertos, geralmente ricos e poderosos, que conseguiam às vezes introduzir os filhos na ordem dos cavaleiros ou até no Senado: a oligarquia dirigente reproduzia-se através de seus filhos legítimos e dos filhos de seus antigos escravos... Pois os libertos tinham o sobrenome do amo que os liberara da escravidão; continuavam seu nome. Assim se explica a frequência das adoções: a criança adotada tomava o nome do novo pai.

NATALIDADE E CONTRACEPÇÃO

As adoções e a ascensão social de certos libertos compensavam a fraca reprodução natural, pois a mentalidade romana é bem pouco naturalista. Aborto e contracepção eram práticas usuais, mas o que deturpa o quadro feito pelos historiadores é que os romanos abrangiam sob o termo aborto métodos cirúrgicos que também chamamos como tal e outros que denominamos de contracepção... Pois em Roma pouco importa o momento em que a mãe se livra de um futuro filho indesejado.

Nem os moralistas mais severos podiam impor à mãe o dever de guardar seu fruto: nem sequer pensaram em reconhecer ao feto o direito de viver. O recurso a um método de contracepção é difuso em todas as classes da população; santo Agostinho refere-se a “amplexos nos quais se evita a concepção” não como uma coisa rara e os condena, mesmo que ocorram com a esposa legítima; ele distingue contracepção, esterilização por meio de drogas e aborto e os condena igualmente. Alfred Sauvy escreveu: “Pelo que hoje sabemos sobre o poder multiplicador da espécie humana, a população do Império teria se multiplicado muito mais e ultrapassado seus limites”.

Qual era o procedimento utilizado? Plauto, Cícero e Ovídio aludem ao costume pagão da lavagem após o ato sexual, e um vaso em relevo encontrado em Lyon mostra um servo com um cântaro correndo para um casal muito ocupado na cama; mascarado de higiênico, o costume podia ser contraceptivo. Tertuliano, polemista cristão, considera que, uma vez emitido, o esperma já é uma criança (e assimila a *fellatio* à antropofagia); ora, em *O véu das virgens*, faz uma alusão, obscura com tanta truculência obscena, às falsas virgens para as quais parto e concepção são a mesma coisa: paradoxalmente, elas recusam ao mundo crianças semelhantes ao pai e com essa recusa as matam; alusão a um pessário. Na carta XXII, são Jerônimo fala das moças “que degustam de antemão a própria esterilidade e matam o ser humano antes mesmo de ele ser semeado”: alusão a uma droga espermicida. Quanto ao ciclo menstrual, o médico Soranos prescrevia, a partir de posições teóricas, que as mulheres concebesssem logo antes ou logo após as regras — doutrina que felizmente permaneceu esotérica. Todos esses procedimentos estão a cargo da mulher; não há nenhuma alusão ao *coitus interruptus*.

Quantos filhos eles têm? A lei concedia um privilégio às mães de três filhos, entendendo que elas haviam cumprido seu dever, e esse número parece ter predominado; as indicações de epitáfios são difíceis de interpretar com certeza; os textos, em contrapartida, falam com particular frequência de famílias de três filhos. E falam até por provérbio. Um epigramatista quer

criticar uma mulher que, por avareza, deixa os filhos passarem fome? Escreverá: “seus três rebentos”. Um pregador estoico perguntará: “Acreditamos que já fizemos muito ao pôr no mundo, para assegurar a perpetuação da raça, dois ou três fedelhos?”. Tal malthusianismo constituía uma estratégia dinástica; como escreveu Plínio a um de seus correspondentes, quando já se tem um rebento, é preciso encontrar um genro ou uma nora abastados para o segundo. Não se desejava, portanto, fragmentar as sucessões. É verdade que a moral antiga ignorava tais cálculos e, ainda na época de Plínio, era a moral de certos pais de família antiquados que “não deixavam em repouso a fecundidade da esposa, embora em nosso tempo a maioria das pessoas julgue que um filho único constitui já uma carga pesada e é uma vantagem não se carregar de posteridade”. Mudariam as coisas à medida que se aproxima o final do século II de nossa era, no qual se instala a moral estoica e cristã? O orador Frontão, mestre de Marco Aurélio, “perdeu cinco filhos” por mortalidade juvenil; devia ter muitos mais; o próprio Marco Aurélio teria nove filhos e filhas. Depois de três séculos renascia a idade de ouro em que Cornélia, mãe dos Graco e mulher exemplar, dera à pátria doze filhos.

EDUCAÇÃO

Assim que vem ao mundo, o recém-nascido — menino ou menina — é confiado a uma nutriz: havia passado a época em que as mães amamentavam os próprios filhos. Porém a “nutriz” faz muito mais que dar o seio: a educação dos meninos até a puberdade é confiada a ela e a um “pedagogo”, também chamado “nutridor” (*nutritor*, *tropheus*), encarregado de sua boa educação; o de Marco Aurélio ensinou-o a cuidar de si mesmo com as próprias mãos e a não se apaixonar pelas corridas do circo. As crianças vivem com eles, com eles tomam suas refeições, porém jantam com os pais e seus convidados — jantar que tinha algo de cerimonial. Nutriz e pedagogo sempre contarão

muito; Marco Aurélio falará com a conveniente devoção de seu pai natural, do pai adotivo e do “nutridor”, e o imperador Cláudio conservará um ódio duradouro por seu pedagogo, que abusava do chicote. Quando uma moça se casa, sua mãe e sua nutriz vão juntas, na noite de núpcias, dar os últimos conselhos ao jovem esposo. Pedagogo, nutriz e irmão de leite são uma vice-família, livre para ter todas as indulgências, até mesmo as complacências, e ignorar a lei do mundo; para assassinar a mãe, Agripina, Nero terá seu “nutridor” como cúmplice; abandonado por todos, acuado pelos súditos revoltados, encontrará consolo somente em sua nutriz; ela o sepultará após seu suicídio, com a ajuda de Acteia, concubina do imperador. E no entanto Nero se portou severamente com relação a seu irmão de leite, pelo qual deveria ter sentido também algum afeto. Ao fazer um sermão sobre o amor da família, um filósofo estoico explicou que esse amor corresponde à Natureza, que é também a Razão, e que, por conseguinte, as crianças amavam a mãe, a nutriz e o pedagogo.

Nas casas ricas, a vice-família saudavelmente mora no campo, longe das tentações, sob a direção de uma velha e severa parenta. “A suas virtudes comprovadas e seguras confiava-se toda a progênie da mesma casa. Ela conduzia os estudos e os deveres das crianças e também suas brincadeiras e distrações.” Assim foram criados César e Augusto; o futuro imperador Vespasiano “foi criado sob a direção da avó paterna nas terras de Cosa”, embora ainda tivesse mãe viva. Com efeito, uma avó paterna devia ser severa, enquanto a avó materna cabia ser indulgente; a mesma divisão existia entre os tios, cujos nomes eram respectivamente símbolos de severidade e de complacência.

A realidade de uma educação pode não corresponder ao desejo dos educadores, e um professor romano nos dá um indício; fala, é bem verdade, com particular severidade, como exige sua profissão (em Roma, os filósofos, e por vezes também os retóricos, têm um lugar à parte na sociedade, um pouco como os padres entre nós). Segundo ele, a criança, que supõe educada na casa dos pais, recebe do ambiente apenas lições de “indolên-

cia”; usa vestes tão luxuosas quanto as dos adultos e, como estes, desloca-se em liteiras; os pais se extasiam com suas palavras mais impudentes; nos jantares, ela ouve brincadeiras ousadas, canções levianas; percebe que existem na casa concubinas e favoritos. Mais adiante veremos como em Roma as mentes estavam impregnadas de uma doutrina de senso comum que condenava como pervertido e decadente o mundo tal como se encontrava; considerava-se que a moralidade consistia menos em amar a virtude ou em habituar-se a ela do que em ter a energia de resistir ao vício; a base do indivíduo era, pois, uma força de resistência. Teoricamente a educação tinha por objetivo temperar o caráter a tempo para que os indivíduos pudessem resistir, depois de adultos, ao micróbio do luxo e da decadência, que, devido ao vício dos tempos atuais, está em toda parte; mais ou menos como hoje fazemos com que os adolescentes pratiquem esporte porque sabemos que passarão o resto da vida sentados num escritório. Ora, praticamente, o contrário da indolência é a atividade, a *industria*, que fortifica os músculos do caráter, enquanto a indolência os atrofia; Tácito nos fala, por exemplo, de um senador proveniente “de uma família plebeia, porém muito antiga e considerada; agradava mais por algo de bonachão que pela energia, e no entanto o pai o criara com severidade”.

Somente a severidade, que aterroriza os apetites tentadores, desenvolve o caráter. Também, diz Sêneca, “os pais forçam o caráter ainda flexível dos bebês a suportar o que lhes fará bem; podem chorar e se debater que mesmo assim são rigidamente enfaixados, com medo de que seu corpo ainda imaturo se deforme ao invés de crescer direito e em seguida se lhes inculca a cultura liberal recorrendo ao terror, se a recusam”. Tal severidade faz parte do papel do pai, enquanto a mãe defende a causa da indolência; uma criança bem-educada só dirige a palavra ao pai chamando-o de “senhor” (*domine*). Os novos-ricos imitavam bem esse costume aristocrático. A distância entre pais e filhos era vertiginosa. O professor de retórica ao qual já nos referimos perdeu um filho de dez anos a quem adorava e que, conforme escreveu, o preferia às nutrizes e à avó que o educavam; esse

filho estava destinado à mais bela carreira de eloquência judiciária (tal gênero de eloquência constituía então a parte vistosa, mundana, agitada da vida literária, como o teatro entre nós); os dons excepcionais do filho justificam o luto público do pai. Como se sabe, o pretense instinto materno ou paterno mistura casos individuais de amor de eleição (que tem tantas oportunidades de se produzir entre pai e filho quanto entre dois indivíduos quaisquer reunidos pelos acasos da existência) e casos sem dúvida mais numerosos de sentimento parental “induzido” pela moral reinante; esta última ensinava os pais a amar os filhos como os continuadores do nome da família e da grandeza da linhagem. Sem vãos enternecimentos. Era legítimo chorar a ruína das esperanças familiares.

ADOÇÃO

Nosso professor tinha mais uma razão para chorar seu filho bem-amado: um alto personagem, um cônsul, acabara de adotá-lo, o que prometia ao menino uma fulgurante carreira pública. Na verdade, a frequência de adoções constitui outro exemplo do pouco naturalismo da “família” romana. Visivelmente dava-se uma criança em adoção como se dava uma filha em casamento, sobretudo em se tratando de um bom casamento. Há dois meios de se ter filhos: gerando-os ou adotando-os; este podia ser um modo de impedir a extinção de uma estirpe e também de adquirir a condição de pai de família exigida por lei dos candidatos a honras públicas e aos governos das províncias: tudo que o casamento propicia é propiciado igualmente pela adoção. Assim como um testador tornava seu continuador aquele a quem instituía herdeiro, assim também, ao adotar um jovem bem escolhido, elegia-se um sucessor digno de si. O futuro imperador Galba é viúvo e seus dois filhos morreram; desde algum tempo ele percebeu os méritos de um jovem nobre chamado Pisão; redige seu testamento, instituindo-o herdeiro, e acaba por adotá-lo. Também se podia adotar